




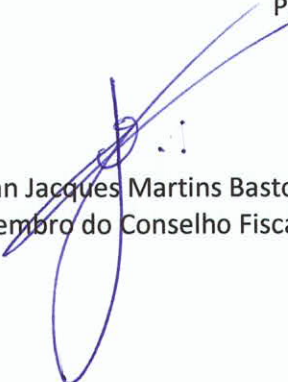
**ATA DO CONSELHO FISCAL DO APARECIDAPREV
SOBRE INFORMAÇÕES DA COMPETÊNCIA ABRIL DE 2026**

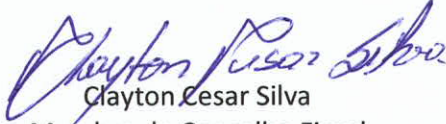
Os membros do Conselho Fiscal do Aparecidaprev, nomeados pelo Decreto "N" nº 649 de 14 de agosto de 2024, se reuniram nesta data, 27 de maio de 2025 às oito horas e trinta minutos, em reunião conjunta com o Conselho Municipal de Previdência, na sede do Instituto de Previdência, para receber e acompanhar as informações sobre a gestão do Instituto. A presente reunião tem como pauta os seguintes assuntos: **apresentação, análise, apreciação para aprovação dos resultados da carteira de aplicações financeiras e atos administrativos do mês de abril de 2026; revisão da revisão da política de investimentos e outros assuntos correlatos.** Antes de iniciar a reunião foram entregues ao Conselho Fiscal os seguintes relatórios: Relatório de investimentos, financeiro e administrativo referente ao resultado do mês de abril/2026. Antes de iniciar a reunião foram entregues ao Conselho Fiscal os seguintes relatórios: Relatório de investimentos, financeiro e administrativo referente ao resultado do mês de abril/2026, Comparativo da Receita Prevista com a Arrecadada, Comparativo da despesa autorizada com a realizada – Anexo XI e Demonstrativo da Despesa Orçamentária Autorizada com a Realizada por Categoria Econômica e Elemento de Despesa – Anexo 02, todos da competência abril de 2026. O presidente do Conselho Municipal de Previdência - CMP, após confirmação de quórum declarou aberta a reunião. Inicialmente o presidente do CMP franqueou a palavra a Presidente do Instituto que dá boas vindas a todos. Em ato contínuo o presidente do CMP passou a palavra ao Diretor Financeiro Khayo Eduardo para que apresentasse o relatório contendo as informações da gestão de investimentos e administração do Instituto. O Diretor iniciou sua fala comentando suas percepções sobre o cenário econômico nacional e internacional. Ressaltou a redução da taxa selic em 0,25 pontos caindo para 14,50% ao ano. Comentou sobre a perspectiva da economia nacional tendo em vista os índices inflacionários e também o impacto dos conflitos internacionais que afetam o preço do petróleo no país e reflete em todos os setores econômicos. Na sequência o diretor passou a apresentação das informações financeiras, administrativas e econômica com o resultado do período. Foi demonstrado um patrimônio de R\$ 1.110.650.001,17 com um crescimento patrimonial de 5,98% neste exercício. A meta atuarial é IPCA + 5,61%. Quanto a este objetivo restou demonstrado um resultado de 1,23%, ficando acima da meta para o mês que era de 1,13%. A rentabilidade acumulada no período foi de R\$ 13.484.773,98. Dos recursos investidos, ainda temos muitos investimentos que seguem desenquadrados conforme Resolução 5272/2025, seja por nível de Pro-Gestão, seja pela natureza e composição dos próprios fundos onde os recursos se encontram investidos. As instituições ainda não equilibraram o patrimônio líquido dos fundos para



adequar a nova norma. O Instituto tem dois anos a contar da entrada em vigor da Resolução 5272/2025 para adequar os enquadramentos. Foi demonstrado ainda no relatório, informações quanto ao enquadramento da carteira de investimentos nos termos da Resolução 5272/2025. Do total de recursos investidos R\$ 1.075.926.113,93 são de recursos previdenciários e R\$ 34.723.887,24 são de recursos da taxa de administração do RPPS. O relatório apresenta ainda informações com detalhamento da receita de contribuições previdenciárias funcional, patronal e outras receitas referentes a 5.498 servidores contribuintes, resultando num montante de R\$ 40.623.818,27 no exercício. Foram demonstradas as informações relativas às despesas previdenciárias, que representou no mês um montante de R\$ 5.412.471,60 referentes a aposentadorias (1351 beneficiários), pensão por morte (316 beneficiários) e salário família (2 beneficiários). Encerrada as apresentações sobre a gestão administrativa, financeira e econômica do Instituto o presidente do CMP colocou as informações para aprovação. Aprovadas as informações apresentadas o presidente passou a próxima pauta sobre a política de investimentos. Foi colocada para discussão a necessidade de alterar os percentuais da coluna alvo da tabela que fixa os limites mínimos e máximos para alocação dos investimentos da carteira do Instituto. A retificação tem por finalidade adequar os percentuais de forma a somar 100% no conjunto de todos os percentuais alvos de investimentos. Após discussões sobre os percentuais em cada tipo de investimento o conselho aprovou a alteração com distribuição percentual mais diversificada, totalizando 100% na coluna alvo. A alteração será publicada no diário oficial e site oficial do Instituto. Sendo só o que tínhamos a registrar no momento este Conselho fará análise das informações posteriormente e emitirá opinião a respeito. Nada mais, encerra a reunião e lavra a presente ata, que segue assinada pelos membros presentes.


Alzeni Cardoso de Cirqueira
Pres. Do Conselho Fiscal


Jean Jacques Martins Bastos
Membro do Conselho Fiscal


Clayton Cesar Silva
Membro do Conselho Fiscal